



CNE SOLICITA À CASA CIVIL APURAÇÃO DE DENÚNCIAS CONTRA DIRETORIA E CONSELHEIRA DA ELETROBRAS

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) protocolou, na Casa Civil da Presidência da República, um pedido de investigação de um suposto favorecimento a fundos de investimentos nacionais e estrangeiros interessados na privatização da Eletrobras.

O pedido de investigação feito à Casa Civil já é de conhecimento do Ministro de Minas e Energia Almirante Bento Albuquerque, pois o MME recebeu essas informações detalhadas com um amplo rol de documentos, mas, ao que se sabe, nunca tomou as providências no sentido de investigar a materialidade da denúncia.

DIZ A DENÚNCIA

→ O processo de privatização da Eletrobras, cada vez mais, vem sofrendo uma forte interferência - agora praticamente descarada - de grupos econômicos nacionais e internacionais, representados por fundos de investimento, fundos de pensão estrangeiros e fundos soberanos, multinacionais, especuladores de energia e empresas de eletrointensivos.

→ Um claro exemplo disso foi a **nomeação de uma executiva do Grupo 3G RADAR, que é um dos grupos mais interessados na compra da Eletrobras, para o cargo de Diretora Financeira e de Relações com Investidores.**

→ Em março de 2018, a Senhora Elvira Baracuchy Cavalcanti, então executiva da 3G RADAR, havia sido nomeada para o Conselho de Administração da Eletrobras, tendo sido indicada pela 3G RADAR.

→ Tem-se, então, que a Sra. Elvira Cavalcanti, uma alta executiva do grupo



empresarial do Sr. Jorge Paulo Lemann, o homem mais rico do Brasil com interesse na privatização da Eletrobras, foi nomeada para o Conselho de Administração da empresa alvo dos seus futuros negócios.

→ E, já em janeiro de 2019, sem qualquer comunicação ao Mercado, o Conselho de Administração nomeou a mencionada senhora para o cargo de Diretora Financeira e de Relações com os Investidores.

→ Em 29 de janeiro, a Eletrobras anunciou que a empresa 3G Radar havia aumentado a sua participação acionária na estatal. Com esse aumento, a participação da 3G RADAR na Eletrobras, antes de 10%, passou para 14,65% das ações preferenciais, algo em torno de 39 milhões de ações preferenciais.

→ Em resumo, o ciclo vicioso que permeia o processo em curso da privatização da Eletrobras se apresenta da seguinte forma:

1. Grandes grupos econômicos, a exemplo da 3G RADAR, demonstram interesse na privatização da Eletrobras.

2. Em março do ano passado, uma alta executiva da 3G RADAR é nomeada para o Conselho de Administração da empresa estatal.

3. Alguns meses depois, essa mesma

senhora, que, antes, pertencia a um poderoso grupo econômico com interesse na compra da Eletrobras, a 3G RADAR, é nomeada para o cargo de Diretora Financeira e de Relações com Investidores da Eletrobras.

4. Nesse meio tempo, a empresa que indicou uma de suas executivas para assumir um dos mais altos cargos dentro da Eletrobras, aumenta consideravelmente a sua participação acionária na empresa.

A GRAVIDADE DOS FATOS E A DOCUMENTAÇÃO JUNTADA

Os fatos acima narrados representam, no entendimento dos trabalhadores/membros do **Coletivo Nacional dos Eletricitários**, um grave conluio entre a Direção/Presidência de uma das mais importantes empresas públicas brasileiras e a Direção/Presidência de grupos econômicos privados para lesar os milhões de cidadãos brasileiros usuários dos serviços prestados pela Eletrobras e dilapidar o patrimônio público do nosso país.

Para corroborar o que foi informado à Casa Civil, os já referidos trabalhadores/membros do **Coletivo Nacional dos Eletricitários** entregaram também cópia de um Relatório (produzido pela Associação dos Empregados da Eletrobras) intitulado “**Atuação de Fundos Estrangeiros no Capital Social da Eletrobras, Multinacionais e retórica em relação à politização do setor elétrico**”.

Conforme se pode observar no referido Relatório, grandes grupos econômicos privados (nacionais e multinacionais) têm claramente procurado interferir no processo (ora em curso) de privatização da Eletrobras, seja com o intuito de acelerar esse processo, seja com o intuito de – na fase de venda da empresa, propriamente dita – adquirir esse importante patrimônio público brasileiro “a preço de banana”.

Em face do exposto, o **CNE** solicitou que a **Casa Civil da Presidência da República** determine a apuração do que foi noticiado, para que, ao final, sejam regularmente denunciados e processados os que participaram desse “conluio” em prejuízo do patrimônio público brasileiro.

O que precisa ser especialmente apurado

a) o processo envolvendo as respectivas nomeações da Sra. Elvira Baracuchy Cavalcanti para o cargo de **Conselheira** do Conselho de Administração da Eletrobras e para o cargo de **Diretora Financeira e de Relações com Investidores**; e

b) o expressivo aumento da participação acionária da empresa 3G RADAR junto à ELETROBRAS, considerando-se, principalmente, que esse expressivo aumento de participação acionária ocorreu após uma de suas altas executivas ser nomeada para o Conselho de Administração e, em seguida, para o cargo de Diretora Financeira e de Relações com Investidores da estatal brasileira.

